

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Da Deputada Gorete Pereira)

Institui o Programa Universidade Operária Brasileira para o Idoso e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Universidade Operária Brasileira para o Idoso com o objetivo de desenvolver ações e atividades voltadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos idosos em todo o país, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e com os ditames da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

Art. 2º As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação permanente, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Parágrafo único. O Poder Público poderá fomentar parcerias e firmar convênios com Estados, Municípios e o Distrito Federal, bem como incentivar a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Art. 3º Para efeitos desta lei, considera-se pessoa idosa todo cidadão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 90 dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito à educação dos idosos está assegurado no Estatuto do Idoso (Lei nº 10741/2003), capítulo V, artigos 20 a 25, tendo como objetivo inserir e integrar o idoso por considerar tratar-se de uma idade marcada por conflitos cognitivos, exclusão social e familiar.

Quando abordamos a educação relacionada ao envelhecimento, devemos ter em mente o crescimento da população idosa nas últimas décadas, além de considerarmos o aumento da expectativa de vida proporcionada por melhorias na qualidade de vida, despertando no idoso o desejo de desenvolver potencialidades ou habilidades que, independentemente de motivo, não foram realizadas no passado.

De acordo com o IBGE, em 2040 o Brasil terá 30 milhões de idosos, o que justifica a importância de investimentos na educação para atender a população da terceira idade. A educação e o aprimoramento do idoso devem melhorar o relacionamento, proporcionar a inserção social, elevar a autoestima, desenvolver habilidades que proporcionem prazer, alegria de viver, facilidade de entendimento do mundo atual, não vivendo só de recordações.

Também pela convivência e interação com pessoas de outras gerações, pela curiosidade em conhecer novas tecnologias como uso de telefone celular, manuseio de eletrônicos e eletrodomésticos, objetos estes que outrora eram raridade e que ao dominar o funcionamento estará se permitindo experimentar outras oportunidades de aprendizado, de lazer, entretenimento, possibilitando diálogo sobre essas novas experiências, o que sem dúvida favorece e enriquece o relacionamento interpessoal.

O acesso dos idosos à educação superior contribui para a troca de conhecimento e experiências em áreas como artes, música, literatura, economia doméstica, educação física, turismo, internet, cuidados com a saúde, nutrição, entre outras, e é importante destacar que algumas unidades da federação já possuem universidades para atender essa parcela da população que deseja continuar estudando.

Estamos convencidos de que a aprovação deste projeto dará oportunidade às pessoas que se aposentaram a prosseguir estudando e se qualificando para o mercado de trabalho, pois a educação ao longo da vida

incentiva o empoderamento das pessoas idosas, tornando-as mais informadas e ativas.

Por estas razões, temos convicção da importância do presente projeto de lei, confiando que os nobres pares concordarão e o farão aprovar com celeridade.

Sala das Sessões, em de julho de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA